



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

Analista Judiciário I

Concurso Público 2013

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

Qualquer Área de Formação

TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas.
 - esse caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se este caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas, você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade.
 - ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas.
 - marcar na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu.
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos.
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala.
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente depois de decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar a folha de respostas, será eliminado do concurso.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **11/06/2013**, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjam13>.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00min do dia **12/06/2013** até as 23h59min do dia **13/06/2013**, observado o horário oficial, no endereço <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjam13>, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

Volta à polêmica sobre patente de remédios

Patentes de medicamentos geralmente são reconhecidas pelo prazo de dez anos, de acordo com regras internacionais aceitas por muitos países. Esse prazo inclui a fase final de desenvolvimento dos medicamentos, chamada *pipeline* no jargão técnico. Muitas vezes, esse período até o lançamento comercial do produto pode levar até quatro anos, de modo que em vários casos o laboratório terá efetivamente cerca de seis anos de proteção exclusiva para obter no mercado o retorno do investimento feito.

A partir da perda de validade da patente, o medicamento estará sujeito à concorrência de produtos similares e genéricos que contenham princípios ativos encontrados no original. Por não embutirem os custos de pesquisa e desenvolvimento do produto original, os genéricos e similares podem ser lançados a preços mais baixos do que os dos medicamentos de marca, que, no período de proteção exclusiva, tiveram a oportunidade de conquistar a confiança do consumidor e dos médicos que os prescrevem para seus pacientes.

A pesquisa para obtenção de novos medicamentos comprovadamente eficazes envolve somas elevadíssimas. Daí que geralmente as empresas que estão no topo da indústria farmacêutica são grandes grupos internacionais, ficando os laboratórios regionais mais voltados para a produção de genéricos e similares.

A necessidade de se remunerar o investimento realizado faz com que, não raramente, os remédios sejam caros em relação à renda da maioria das pessoas, e isso provoca conflitos de toda ordem, em especial nos países menos desenvolvidos, onde se encontram também as maiores parcelas da população que sofrem de doenças endêmicas, causadas por falta de saneamento básico, habitação insalubre, deficiências na alimentação etc. Muitas vezes para reduzir o custo da distribuição de medicamentos nas redes públicas os governos investem em laboratórios estatais, que se financiam com subsídios e verbas oficiais, diferentemente de empresas, que precisam do lucro para se manterem no mercado. Esse conflito chega em alguns momentos ao ponto de quebra de patente por parte dos países que se sentem prejudicados. O Brasil mesmo já recorreu a essa decisão extrema em relação ao coquetel de remédios para tratamento dos pacientes portadores do vírus HIV e dos que sofrem com a AIDS, chegando depois a um entendimento com os laboratórios.

O tema da quebra de patente voltou à tona depois que a Corte Superior da Índia não reconheceu como inovação um medicamento para tratamento do câncer que o laboratório suíço Novartis considera evolução do seu remédio original, Glivec. A patente foi reconhecida nos Estados Unidos e em outros 39 países, o que provocou a polêmica. O Brasil hoje é cauteloso nessa questão. Optou por uma atitude mais pragmática, que tem dado bons resultados e permitido, inclusive, o desenvolvimento de novos medicamentos no país. A quebra de patente não pode ser banalizada.

(O Globo, 07/04/2013)

01

O fato motivador da produção do texto é

- (A) a banalização da quebra de patentes dos remédios.
- (B) as mudanças ocorridas na legislação das patentes de remédios.
- (C) a polêmica sobre um novo medicamento, na Índia.
- (D) a fabricação de genéricos e similares em países pobres.
- (E) a quebra de patente no caso da AIDS, no Brasil.

02

O ponto de vista prioritariamente defendido neste texto é o dos

- (A) governos de países pobres que se veem com problemas endêmicos de saúde.
- (B) laboratórios regionais de medicamentos, que se encarregam da fabricação de genéricos.
- (C) fabricantes da grande indústria farmacêutica internacional.
- (D) grupos de profissionais das redes públicas de saúde.
- (E) pesquisadores de medicamentos, que se dedicam à criação de remédios novos e veem seu trabalho desvalorizado.

03

O primeiro parágrafo do texto argumenta que “em vários casos o laboratório terá efetivamente cerca de seis anos de proteção exclusiva para obter no mercado o retorno do investimento feito”.

Considerando somente o que está escrito no segmento acima, é correto concluir que

- (A) a proteção exclusiva é indispensável para a manutenção da pesquisa, embora os lucros ultrapassem de muito os investimentos nessa área.
- (B) os laboratórios não visam ao lucro, mas sim ao retorno dos investimentos feitos nas pesquisas.
- (C) o tempo reservado para a venda do produto com proteção exclusiva é suficientemente largo para a obtenção de lucros.
- (D) o tempo efetivo de venda exclusiva do produto é sempre menor do que o dedicado à sua pesquisa e criação.
- (E) todos os laboratórios de medicamentos recebem verbas públicas a fim de poderem manter sua qualidade de produção científica.

04

O texto justifica uma série de realidades na área de patentes de medicamentos. Nas alternativas a seguir, o *fato* e a *justificativa apresentada* casam perfeitamente, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Os preços dos genéricos e similares são mais baixos porque seus fabricantes não gastaram dinheiro em pesquisas.
- (B) Os genéricos não são tão eficientes em sua utilização porque só apresentam os princípios ativos dos remédios originais.
- (C) Os remédios são caros, em muitas vezes, em relação à renda da maioria das pessoas nos países menos desenvolvidos.
- (D) Casos de quebras de patentes provém do conflito entre necessidade social e preços dos medicamentos.
- (E) Os laboratórios necessitam de lucro na venda de medicamentos a fim de manterem o alto nível da pesquisa.

05

Após a leitura, é correto constatar que, segundo a opinião do autor do texto, o Brasil

- (A) já praticou a quebra de patente, mas sua posição foi reconhecida como justa pelos laboratórios.
- (B) não pretende banalizar a quebra de patente e se comprometeu a respeitar os acordos internacionais.
- (C) reconhece a necessidade de investimentos maiores na área de laboratórios estatais.
- (D) atua de forma cuidadosa, já que, como país menos desenvolvido, necessita de medicamentos mais baratos e de laboratórios de qualidade.
- (E) tem trabalhado no sentido de revolucionar a indústria farmacêutica no país, produzindo medicamento inclusive para exportação.

06

A polêmica sobre o medicamento, referida no último parágrafo do texto, se concentra entre

- (A) necessidade X custo.
- (B) público X privado.
- (C) inovação X continuidade.
- (D) criação X plágio.
- (E) investimento X subvenção.

07

Nas alternativas a seguir, os vocábulos ou expressões sublinhados nas duas ocorrências apresentam o mesmo valor semântico, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) “o laboratório terá efetivamente cerca de seis anos de proteção exclusiva para obter no mercado o retorno do investimento feito”. / “A pesquisa para obtenção de novos medicamentos comprovadamente eficazes envolve somas elevadíssimas”.
- (B) “os genéricos e similares podem ser lançados a preços mais baixos do que os dos medicamentos de marca” / “Optou por uma atitude mais pragmática, que tem dado bons resultados”.
- (C) “Muitas vezes, esse período até o lançamento comercial do produto” / “o lançamento comercial do produto pode levar até quatro anos”.
- (D) “...para tratamento dos pacientes portadores do vírus HIV e dos que sofrem com a AIDS” / “...chegando depois a um entendimento com os laboratórios”.
- (E) “chegando depois a um entendimento com os laboratórios” / “O tema da quebra de patente voltou à tona depois que a Corte Superior da Índia não reconheceu como inovação um medicamento para tratamento do câncer”.

08

“Patentes de medicamentos geralmente são reconhecidas pelo prazo de dez anos, de acordo com regras internacionais aceitas por muitos países. Esse prazo inclui a fase final de desenvolvimento dos medicamentos, chamada pipeline no jargão técnico. Muitas vezes, esse período até o lançamento comercial do produto pode levar até quatro anos...”.

O emprego da forma pronominal “esse”, nos casos sublinhados, se justifica por que

- (A) se refere a um termo anterior localizado contextualmente mais distante que outro.
- (B) se liga a fatos cronologicamente distantes.
- (C) se prende a um elemento anterior citado mais proximamente à ocorrência do pronome.
- (D) se relaciona a um elemento textual mais próximo do leitor que do enunciador do texto.
- (E) se conecta com elementos anteriormente citados de forma a estabelecer coesão textual.

09

Assinale a frase que **não** apresenta uma forma verbal na voz passiva.

- (A) “Patentes de medicamentos geralmente são reconhecidas pelo prazo de dez anos...”.
- (B) “A quebra de patente não pode ser banalizada”.
- (C) “Optou por uma atitude mais pragmática, que tem dado bons resultados...”.
- (D) “A patente foi reconhecida nos Estados Unidos e em outros 39 países...”.
- (E) “os genéricos e similares podem ser lançados a preços mais baixos”.

10

“A partir da perda de validade da patente, o medicamento estará sujeito à concorrência de produtos similares e genéricos que contenham princípios ativos encontrados no original”.

Assinale a alternativa que traz uma afirmação adequada sobre os componentes desse fragmento do texto.

- (A) A expressão “a partir de” indica uma ideia de causa.
- (B) A presença do acento grave da crase é fruto da união de duas ocorrências do artigo definido feminino singular “a”.
- (C) “produtos similares” e “genéricos” se referem a produtos idênticos.
- (D) O pronome relativo “que” refere-se exclusivamente a “genéricos”.
- (E) A forma do subjuntivo “contenham” indica uma possibilidade.

11

“Por não embutirem os custos de pesquisa e desenvolvimento do produto original, os genéricos e similares podem ser lançados a preços mais baixos do que os dos medicamentos de marca, que, no período de proteção exclusiva, tiveram a oportunidade de conquistar a confiança do consumidor e dos médicos que os prescrevem para seus pacientes”.

Assinale a alternativa em que o sinônimo proposto para o vocábulo ou expressão sublinhada está adequado.

- (A) Por / apesar de.
- (B) mais baixos / menos reduzidos.
- (C) de marca / conhecidos.
- (D) no período de / mediante.
- (E) prescrevem / recomendam.

12

Assinale a alternativa em que a modificação de uma frase verbal para uma frase nominal foi realizada de forma **equivocada**.

- (A) “para obter no mercado o retorno do investimento feito” / para a obtenção no mercado do retorno do investimento feito.
- (B) “Por não embutirem os custos de pesquisa e desenvolvimento do produto original” / pelo não embutimento dos custos de pesquisa e desenvolvimento do produto original.
- (C) “tiveram a oportunidade de conquistar a confiança do consumidor” / tiveram a oportunidade de conquista da confiança do consumidor.
- (D) “A necessidade de se remunerar o investimento realizado” / A necessidade de remuneração do investimento realizado.
- (E) “Muitas vezes para reduzir o custo da distribuição de medicamentos” / Muitas vezes para o reducionismo do custo da distribuição de medicamentos.

13

O termo sublinhado que desempenha uma função diferente da dos demais, é

- (A) patentes de medicamentos.
- (B) desenvolvimento dos medicamentos.
- (C) lançamento comercial do produto.
- (D) distribuição de medicamentos.
- (E) tratamento do câncer.

14

Por sua estrutura global, o texto é caracterizado, prioritariamente como

- (A) informativo.
- (B) narrativo.
- (C) publicitário.
- (D) argumentativo.
- (E) descritivo.

15

“A necessidade de se remunerar o investimento realizado faz com que, não raramente, os remédios sejam caros em relação à renda da maioria das pessoas, e isso provoca conflitos de toda ordem, em especial nos países menos desenvolvidos, onde se encontram também as maiores parcelas da população que sofrem de doenças endêmicas, causadas por falta de saneamento básico, habitação insalubre, deficiências na alimentação etc.”

Assinale a alternativa que justifica corretamente o emprego de vírgulas.

- (A) As vírgulas na expressão “não raramente” mostram a presença de um aposto explicativo.
 (B) A vírgula após o vocábulo “pessoas” se deve à presença da conjunção E a seguir.
 (C) As vírgulas no segmento “em especial nos países menos desenvolvidos” indicam um termo intercalado.
 (D) A vírgula após “endêmicas” assinalam a necessidade de se evitar uma ambiguidade.
 (E) As vírgulas entre os vocábulos na penúltima linha do fragmento destacado se devem à presença de vocativos.

Raciocínio Lógico-quantitativo

16

Em cada um dos três casos a seguir aparecem duas premissas e uma conclusão que deve decorrer exclusivamente dessas premissas. Identifique, em cada caso, se a conclusão é verdadeira (V) ou falsa (F).

Caso 1

Premissa 1: Carlos é advogado.

Premissa 2: Alguns advogados gostam de cozinhar.

Conclusão: Carlos gosta de cozinhar ().

Caso 2

Premissa 1: Lucas gosta de cozinhar.

Premissa 2: Todos os advogados gostam de cozinhar.

Conclusão: Lucas é advogado ().

Caso 3

Premissa 1: Hugo gosta de cozinhar.

Premissa 2: Nenhum advogado gosta de cozinhar.

Conclusão: Hugo não é advogado ().

As conclusões dos três casos acima são, respectivamente,

- (A) F, F e V.
 (B) F, V e V.
 (C) V, F e V.
 (D) V, V e F.
 (E) V, V e V.

17

Certo casal teve um único filho. Quando o filho fez 6 anos o pai disse para sua esposa: “Hoje, a minha idade é 5 vezes a idade do meu filho”. Anos depois, no dia do aniversário do filho, o pai disse para sua esposa: “Hoje, a minha idade é o dobro da idade do meu filho”.

O número de anos decorridos da primeira declaração para a segunda foi de

- (A) 10.
 (B) 18.
 (C) 20.
 (D) 24.
 (E) 28.

18

André, Lucas e Mateus estão conversando sobre futebol. Dois deles são colegas de trabalho e o outro ainda não trabalha. Cada um torce por um time diferente; um torce pelo Penarol, outro pelo Nacional e o outro pelo Fast.

São dadas as seguintes informações:

- O colega de trabalho de André torce pelo Fast.
- Quem não trabalha torce pelo Nacional.
- Lucas não torce pelo Nacional.

André, Lucas e Mateus torcem, respectivamente, pelos times

- (A) Fast, Penarol e Nacional.
 (B) Nacional, Fast e Penarol.
 (C) Nacional, Penarol e Fast.
 (D) Penarol, Nacional e Fast.
 (E) Penarol, Fast e Nacional.

19

Em uma fábrica, um gerador de energia funciona todos os 7 dias da semana e faz revisão de manutenção a cada 5 dias após o expediente de trabalho. O gerador foi instalado em uma segunda-feira, começou a funcionar no dia seguinte, fez a primeira revisão no sábado dessa semana, fez a segunda revisão na quinta-feira da semana seguinte, e assim por diante.

O dia da semana em que foi feita a 100ª revisão foi

- (A) terça-feira.
 (B) quarta-feira.
 (C) quinta-feira.
 (D) sexta-feira.
 (E) domingo.

20

Em uma garagem há três carros: um Palio, um Gol e um Celta formando uma fila. O primeiro da fila é verde, o segundo é branco e o terceiro é prata.

Entre as três afirmações a seguir, somente uma é verdadeira.

- I. O Gol não é verde.
 II. O Celta não é prata.
 III. O Palio é verde.

É correto concluir que

- (A) o primeiro da fila é o Celta.
 (B) o segundo da fila é o Palio.
 (C) o terceiro da fila é o Gol.
 (D) o Celta é branco.
 (E) o Palio é verde.

21

Sobre uma mesa há nove processos judiciais de 1º grau, dos quais cinco com mais de 50 páginas, e seis processos judiciais de 2º grau, dos quais três com mais de 50 páginas.

Dez desses processos são selecionados ao acaso.

Sobre esses dez processos selecionados, é correto concluir que:

- (A) pelo menos dois são de 2º grau.
 (B) pelo menos cinco são de 1º grau.
 (C) pelo menos dois têm até 50 páginas cada um.
 (D) no máximo dois têm até 50 páginas cada um.
 (E) no máximo um é de 2º grau.

22

Antônio utiliza exclusivamente a regra a seguir para aprovar ou não os possíveis candidatos a namorar sua filha:

“— Se não for torcedor do Vasco então tem que ser rico ou gostar de música clássica”.

Considere os seguintes candidatos:

Pedro: *torcedor do Flamengo, não é rico, não gosta de música clássica.*

Carlos: *torcedor do Vasco, é rico, gosta de música clássica.*

Marcos: *torcedor do São Raimundo, é rico, gosta de música clássica.*

Tiago: *torcedor do Vasco, não é rico, não gosta de música clássica.*

Bruno: *torcedor do Nacional, não é rico, gosta de música clássica.*

Classificando cada um desses cinco candidatos, na ordem em que eles foram apresentados, como aprovado (A) ou não aprovado (N) segundo a regra utilizada por Antônio, tem-se, respectivamente,

- (A) A, A, A, A e A.
- (B) N, A, A, A e A.
- (C) N, A, N, A e A.
- (D) N, A, N, N e A.
- (E) N, A, N, A e N.

23

Considere como verdadeiras as afirmativas a seguir.

- I. Se Carlos mentiu, então João é culpado.
- II. Se João é culpado, então Carlos não mentiu.
- III. Se Carlos não mentiu, então Pedro não é culpado.
- IV. Se Pedro não é culpado, então João não é culpado.

Com base nas afirmativas acima, é correto concluir que

- (A) Carlos mentiu, João é culpado, Pedro não é culpado.
- (B) Carlos mentiu, João não é culpado, Pedro não é culpado.
- (C) Carlos mentiu, João é culpado, Pedro é culpado.
- (D) Carlos não mentiu, João não é culpado, Pedro não é culpado.
- (E) Carlos não mentiu, João é culpado, Pedro é culpado.

24

José afirmou: “— Todos os jogadores de futebol que não são ricos jogam no Brasil ou jogam mal.”

Assinale a alternativa que indica a sentença que representa a **negação** do que José afirmou.

- (A) Nenhum jogador de futebol que não é rico joga no Brasil ou joga mal.
- (B) Todos os jogadores de futebol que não são ricos não jogam no Brasil e não jogam mal.
- (C) Algum jogador de futebol que não é rico não joga no Brasil e não joga mal.
- (D) Algum jogador de futebol é rico mas joga no Brasil ou joga mal.
- (E) Nenhum jogador de futebol que é rico joga no Brasil ou joga mal.

25

Imagine que um objeto para se deslocar no espaço tridimensional só possa fazê-lo com deslocamentos unitários verticais para cima (C) ou para baixo (B) e com deslocamentos, também unitários, horizontais nos quatro sentidos dos pontos cardeais: norte (N), sul (S), leste (L), oeste (O).

Para se deslocar de um ponto P a um ponto Q, ambos do espaço tridimensional, um objeto percorreu a seguinte trajetória: N L C L S B S O N C C L S .

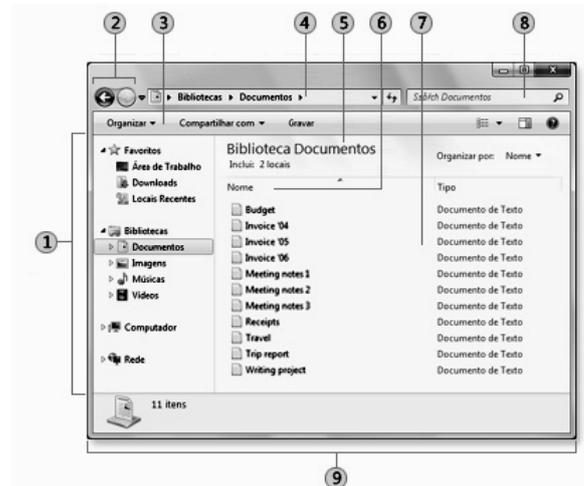
Para voltar ao ponto P, a partir de Q, percorrendo exatamente o caminho inverso, a trajetória correta é

- (A) S L C C N O S B S L C L N
- (B) N O B B S L N C N O B O S
- (C) S O B O N C N L S B B O N
- (D) S O C O N B N L S C C O N
- (E) N O C C S L N B N O C O S

Noções de Informática

26

A figura ilustra a janela do Windows Explorer.



Os componentes identificados pelos números 1 e 4 são denominados, respectivamente:

- (A) Pannel de navegação e Barra de endereços
- (B) Pannel de navegação e Barra de ferramentas
- (C) Pannel da biblioteca e Barra de endereços
- (D) Pannel de detalhes e Barra de ferramentas
- (E) Pannel de detalhes e Barra de endereços

27

O MS Word 2010 BR para Windows oferece diversos recursos para a correção do texto digitado. Dentre esses recursos, o atalho de teclado Shift + F3 deve ser utilizado com a finalidade de

- (A) alterar o texto de minúsculo para maiúsculo e vice-versa.
- (B) alterar o texto de subscripto para sobrescrito e vice-versa.
- (C) alterar o texto configurado em uma coluna para duas colunas e vice-versa.
- (D) alterar o texto com determinado espaçamento vertical em outro e vice-versa.
- (E) alterar o texto com fonte de determinado tamanho para outro maior e vice-versa.

28

A figura a seguir ilustra um equipamento especificado como Impressora multifuncional Epson Wireless 4532.



Tendo por foco a especificação desse equipamento, pode-se concluir que

- (A) imprime com velocidades de até 4532 bps.
- (B) gera listagens impressas a laser.
- (C) suporta comunicação sem fios.
- (D) possui capacidade de armazenamento de 4532 GB.
- (E) é conectada a um microcomputador por meio da interface PCI-Express.

29

Um funcionário do Tribunal de Justiça do Amazonas, seleciona a pasta C:\TJ_AM no Windows Explorer, na qual estão armazenados diversos arquivos armazenados, e executa o atalho de teclado Ctrl + A. Esse atalho de teclado gera o seguinte resultado:

- (A) Exclui todos os arquivos armazenados na pasta C:\TJ_AM de forma permanente.
- (B) Transfere todos os arquivos armazenados na pasta C:\TJ_AM para a Lixeira.
- (C) Ordena todos os arquivos armazenados na pasta C:\TJ_AM por nome.
- (D) Classifica todos os arquivos armazenados na pasta C:\TJ_AM por data.
- (E) Seleciona todos os arquivos armazenados na pasta C:\TJ_AM.

30

Um funcionário do Tribunal de Justiça do Amazonas digitou um texto no Word 2010 BR para Windows. Para corrigir alguns aspectos no texto, executou os procedimentos listados a seguir.

- Selecionou o título, configurado na cor preta, e acionou o ícone IC_1 para aplicar a cor azul.
- Selecionou o segundo parágrafo e acionou o ícone IC_2 para aumentar o nível de recuo do parágrafo.

Os ícones IC_1 e IC_2 são, respectivamente:

- (A)  e 
- (B)  e 
- (C)  e 
- (D)  e 
- (E)  e 

Legislação Institucional

31

Segundo a Lei Complementar n. 17/97 – Lei de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Amazonas –, conceder-se-á licença ao Magistrado

- I. Para tratamento de saúde ou por motivo de doença em pessoa da família;
- II. Para prestação de serviços à Justiça Eleitoral.
- III. Para frequência a curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudos, a critério do Tribunal Pleno, pelo prazo máximo de dois anos.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

32

Sobre a *composição, funcionamento e atribuições* do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Tribunal de Justiça tem sede na Capital do Estado, jurisdição em todo o território do Estado, sendo composto por 19 Desembargadores.
- II. O Tribunal de Justiça tem como órgãos julgadores o Tribunal Pleno, as Câmaras Isoladas Cíveis e Criminais, as Câmaras Reunidas e o Conselho da Magistratura.
- III. O Tribunal Pleno funcionará com a presença mínima da maioria absoluta de seus membros desimpedidos, e será secretariado pelo Secretário Geral do Tribunal de Justiça.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

33

O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas prevê, que será considerado como de efetivo exercício, o período de afastamento do funcionário em virtude de:

- I. Licença, inclusive a que determinar a perda do vencimento.
- II. Competições esportivas em que represente o Brasil ou o Estado do Amazonas.
- III. Prestação de concurso público.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

34

A Lei n. 1.762/86 dispõe sobre o regime jurídico dos funcionários públicos civis do Estado do Amazonas.

De acordo com tal diploma, as formas de provimento dos cargos públicos estão relacionadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Promoção.
- (B) Nomeação.
- (C) Readmissão.
- (D) Remoção.
- (E) Reintegração.

35

A Lei Ordinária n. 3.226/08, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, prevê a existência das seguintes vantagens e benefícios, na forma e condições da lei, para os servidores efetivos dos Órgãos do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Gratificação Adicional de Qualificação.
- (B) Auxílio Creche.
- (C) Auxílio Alimentação.
- (D) Auxílio Saúde.
- (E) Ajuda de Custo.

36

A LC n. 17/97 dispõe que estão sujeitos às correições gerais os processos findos, iniciados no triênio anterior à correição, e os pendentes, exceto

- (A) os que estiverem com recursos interpostos, se ainda não esgotado o prazo para alegações e remessa.
- (B) os conclusos para julgamento, ainda que excedidos os prazos legais.
- (C) os que estiverem com recursos interpostos, ainda que esgotado o prazo para alegações e remessa.
- (D) os preparados para o júri, mesmo quando não houver sessão convocada.
- (E) os conclusos para julgamento, se o juiz vinculado estiver afastado.

37

A Lei n. 1.762/86 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas – traz algumas definições a serem adotadas no âmbito de sua incidência.

Dentre as definições listadas a seguir, assinale a incorreta.

- (A) Classe – é o conjunto de cargos de diferentes denominações e com atribuições, responsabilidades e padrões de vencimento diversos.
- (B) Lotação – é o número de cargos e funções gratificadas fixado para cada repartição, ou ainda o número de servidores que devem ter exercício em cada unidade administrativa.
- (C) Série de Classes – é o conjunto de classes da mesma denominação dispostas, hierarquicamente, de acordo com o grau de complexidade das atribuições, nível de responsabilidade, e constitui a linha natural de promoção do funcionário.
- (D) Funcionário – é a pessoa legalmente investida em cargo público.
- (E) Cargo – é a designação do conjunto de atribuições e responsabilidades cometidos a um funcionário identificando-se pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Estado.

38

São deveres do funcionário, segundo o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas, além do exercício das atribuições de seu cargo,

- I. a assiduidade e a pontualidade.
- II. o sigilo sobre os assuntos da repartição.
- III. a urbanidade com companheiros de serviços e público em geral.

Assinale:

- (A) se somente o item I estiver correto.
- (B) se somente o item II estiver correto.
- (C) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (D) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

39

Com relação às incompatibilidades no exercício da Magistratura, previstas na LC n. 17/97, assinale a afirmativa correta.

- (A) No Tribunal, não poderão ter assento na mesma Turma, Câmara ou grupo de Câmaras, cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, em linha reta, bem como em linha colateral, até o 2º grau.
- (B) No Tribunal, não poderão ter assento na mesma Turma, Câmara ou grupo de Câmaras, cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, em linha reta, bem como em linha colateral, até o 4º grau.
- (C) Nas sessões do Tribunal Pleno, o primeiro dos membros mutuamente impedidos que votar, excluirá a participação do outro no julgamento.
- (D) No mesmo juízo não podem servir, conjuntamente como Juiz de Direito ou Substituto, parentes consanguíneos ou afins até o 2º grau.
- (E) São nulos os atos praticados pelo Juiz, antes de se tornar incompatível.

40

É assegurado ao funcionário o direito de requerer, representar, pedir reconsideração e recorrer, desde que o faça dentro das normas de urbanidade. O prazo para pleitear na esfera administrativa, segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amazonas, quanto aos atos de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e aos referentes à matéria patrimonial, é de

- (A) cento e oitenta dias.
- (B) um ano.
- (C) dois anos.
- (D) três anos.
- (E) cinco anos.

Conhecimentos Específicos

Direito Constitucional

41

Sobre o Poder Constituinte, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Poder Constituinte Derivado somente encontra como limites aqueles expressos na própria Constituição.
- II. Somente nos casos de revolução o Poder Constituinte Originário pode romper com a ordem jurídica anterior.
- III. O Poder Constituinte dos Estados, em uma Federação, é chamado Poder Constituinte Decorrente.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

42

Sobre o sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, assinale a afirmativa correta.

- (A) A quebra de sigilo telefônico, em qualquer hipótese, somente pode ser deferida por ordem judicial, não se admitindo que seja feita pela Administração Pública ou por comissão parlamentar de inquérito.
- (B) A jurisprudência pacífica das Cortes Superiores admite a utilização da gravação clandestina como prova da quitação de dívidas.
- (C) A gravação ambiental realizada por circuito interno de TV pode ser utilizada, no processo penal, como prova da prática de crime.
- (D) A correspondência do preso é inviolável, somente sendo possível à Administração penitenciária a quebra do sigilo mediante autorização judicial.
- (E) A abertura de carta, que apresente indícios de conter substância de circulação proibida como entorpecentes, constitui violação do sigilo de correspondência, admitindo-se, todavia, que o serviço postal recuse a entrega.

43

Dentre os direitos sociais dos trabalhadores, previstos na Constituição, **não** se inclui

- (A) a participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração.
- (B) duração do trabalho não superior a 40 horas semanais.
- (C) a proibição de diferença de salários por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- (D) a proibição de trabalho noturno a menores de 18 anos.
- (E) a extensão do fundo de garantia do tempo de serviço ao empregado rural.

44

Cada Estado nacional tem a liberdade de definir aqueles que serão os seus nacionais por meio do estabelecimento de regras gerais quanto ao direito à nacionalidade. No caso do Brasil, são considerados brasileiros

- (A) os nascidos no estrangeiro, de pais de qualquer nacionalidade, desde que qualquer um deles estivesse a serviço da República Federativa do Brasil.
- (B) os nascidos no estrangeiro, filhos de pai ou mãe brasileiros, desde que registrados em repartição brasileira competente.
- (C) os nascidos no estrangeiro, filhos de pai ou mãe brasileiros, desde que venham a residir no país e optem, antes de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (D) os nascidos no estrangeiro, sem qualquer outra condição, desde que filhos de pai e mãe brasileiros.
- (E) os nascidos em país com o qual o Brasil mantenha tratado de dupla cidadania.

45

Sobre a *partilha de competência dos entes da Federação*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Aos Estados compete legislar sobre os assuntos de interesse local, sem prejuízo da competência da União para estabelecer as normas de caráter geral.
- (B) A competência legislativa em matéria penal é concorrente entre a União e os Estados.
- (C) Nas hipóteses de competência legislativa concorrente entre a União e os Estados, estes poderão legislar de forma plena no caso de inexistência de normas federais sobre o tema.
- (D) Incumbe aos Estados prestar os serviços relativos ao fornecimento de gás canalizado e gás de botijão.
- (E) A competência para legislar sobre direito tributário é privativa da União.

46

Dentre as normas materialmente constitucionais, encontram-se aquelas atinentes à garantia e ao exercício dos direitos políticos.

Sobre este tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. É possível aos eleitores exercerem o seu direito de voto ainda que não estejam portando o título de eleitor, bastando, para o suprimento desta ausência, que portem documento oficial de identificação com foto.
- II. A inelegibilidade por motivo de parentesco do cônjuge do Presidente da República, de Governador e Estado, de prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito não cessa pela dissolução do vínculo conjugal no curso do mandato.
- III. O alistamento e o voto são obrigatórios para todos os eleitores maiores de 18 anos e com idade inferior a 70 anos, ainda que não alfabetizados.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

47

Os bens listados a seguir, integram o domínio da União, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Todas as terras devolutas.
- (B) Recursos minerais do subsolo.
- (C) Sítios arqueológicos e pré-históricos.
- (D) Rios provenientes do estrangeiro que banhem apenas um Estado.
- (E) Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

48

Sobre o *mandado de injunção*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A legitimação passiva é da pessoa estatal à qual incumba o dever jurídico de editar o ato normativo, ainda que terceiras pessoas sofram os efeitos da decisão, segundo sólida jurisprudência nesse sentido.
- II. O Supremo Tribunal Federal não admite atribuir efeitos outros ao mandado de injunção que não o reconhecimento formal da inércia legislativa e notificação ao órgão legislativo competente para a edição da norma.
- III. Ao Superior Tribunal de Justiça compete, originariamente, o processo e julgamento do mandado de injunção quando a elaboração da norma regulamentadora for de atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, excetuados os casos de competência do STF e dos órgãos da justiça militar, do trabalho e eleitoral.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

49

O *mandado de segurança*, instituído no ordenamento brasileiro pela Constituição de 1934 e hoje previsto no artigo 5º, LXIX, da Constituição da República, é importante garantia dos direitos fundamentais.

Sobre essa figura, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não será concedido mandado de segurança para proteger direito líquido e certo amparado por *habeas corpus*, *habeas data* ou ação para a qual se preveja a possibilidade de concessão de medida liminar.
- (B) Cabe mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas e sociedades de economia mista quando tais atos violarem direito subjetivo.
- (C) É sempre cabível a impetração de mandado de segurança ainda que haja recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução, uma vez que não se exige o esgotamento das instâncias administrativas.
- (D) Se o exercício do direito alegadamente violado depender do esclarecimento de fatos ou situações não comprovados nos autos já no momento da impetração, não se concederá a segurança.
- (E) É inconstitucional a fixação, por lei ordinária, de prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança, uma vez que a Lei Maior não condiciona esta garantia ao seu exercício em determinado prazo.

50

As alternativas a seguir apresentam algumas competências da União, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) manter o correio aéreo nacional.
- (B) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços e instalações de energia elétrica.
- (C) organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.
- (D) organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.
- (E) promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

51

O processo legislativo relativo às leis orçamentárias possui diversas particularidades, devido às especificidades da matéria.

Sobre as *emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem*, assinale a afirmativa correta.

- (A) As emendas são apresentadas em Comissão do Senado Federal, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas pelo plenário das duas casas do Congresso nacional.
- (B) Tais emendas somente poderão ser aprovadas caso sejam compatíveis ao menos com o plano plurianual ou a lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) As emendas em questão devem, necessariamente, indicar os recursos necessários, vedados os provenientes de anulação de despesa.
- (D) É possível que as emendas sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões.
- (E) Estas emendas devem ser propostas pelo parlamentar ao líder do seu partido, que as encaminhará para a mesa diretora.

52

Assinale a alternativa que apresenta vedação constitucional relacionada às leis do orçamento.

- (A) O início de programas ou projetos incluídos na lei orçamentária anual.
- (B) A vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, exceto quando a própria Constituição trouxer autorização para tal vinculação.
- (C) A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização do Tribunal de Contas.
- (D) A transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, não se aplicando esta vedação ao pagamento de despesas com pessoal inativo.
- (E) A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização do ministro da pasta correspondente.

53

A ação civil pública tem se mostrado, ao longo do tempo, importante instrumento na garantia de proteção a direitos difusos e coletivos.

Dentre os objetos possíveis desta ação, **não** se inclui

- (A) a responsabilização por danos causados ao meio ambiente.
- (B) a proteção de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- (C) a pretensão que envolva contribuições previdenciárias.
- (D) a responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados por infração da ordem econômica.
- (E) a tutela da ordem urbanística.

54

Leia as afirmativas a seguir.

- I. Os Estados da Federação editam suas constituições por meio do Poder _____.
- II. O Poder constituinte _____ não pode desrespeitar o direito adquirido.
- III. Encontram-se positivadas no artigo 60, § 4º, da Constituição da República limitações ao Poder Constituinte _____.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas das afirmativas acima.

- (A) decorrente – derivado – derivado.
- (B) derivado – originário – derivado.
- (C) decorrente – originário – decorrente.
- (D) derivado – decorrente – originário.
- (E) decorrente – originário – derivado.

55

Sobre a disciplina do *habeas corpus*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Admite-se o manejo do *habeas corpus* para defesa das liberdades constitucionais em geral, como a liberdade de religião, não se restringindo o instrumento à defesa da liberdade de locomoção.
- (B) o paciente do *habeas corpus* deve ser brasileiro no gozo dos direitos políticos.
- (C) O registro como advogado é exigido para a impetração do *habeas corpus*, admitindo-se, todavia, o seu manejo por estudantes de direito inscritos como estagiários na Ordem dos Advogados do Brasil.
- (D) Não é possível a impetração de *habeas corpus* como substitutivo de recurso com efeito suspensivo em matéria penal.
- (E) É cabível *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares.

56

A liberdade de reunião é um direito constitucional que não se mostra absoluto, havendo uma série de condições para que possa ser exercido.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não se pode exigir que o tempo de reunião seja limitado, uma vez que a associação pode ser formada por prazo indeterminado.
- (B) Caso algum dos participantes esteja portando arma de fogo, ainda que sem o conhecimento dos demais, a reunião torna-se ilícita, devendo ser reprimida pelo Poder Público.
- (C) A Constituição permite que as autoridades públicas, pautadas no princípio da razoabilidade, decidam sobre a realização ou não da reunião.
- (D) O direito de reunião não pode ser exercido nos locais públicos de grande circulação de pessoas ou veículos, sob pena de se violar a liberdade de locomoção.
- (E) Caso haja outra reunião anteriormente marcada para a mesma data e local, a reunião comunicada posteriormente não poderá frustrar a realização da primeira, ainda que seja organizada por grupo bem menor de pessoas.

57

Sobre o *mandado de segurança*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não pode ser impetrado preventivamente, uma vez que não se admite impetração contra lei em tese, devendo haver a efetiva violação do direito.
- (B) Não pode ter por objeto o pagamento de remunerações atrasadas a servidor público.
- (C) Deve ter por fundamento direito elencado na Constituição, não se admitindo violação reflexa a direito constitucional.
- (D) Por ser garantia constitucional, dispensa formalidades na sua impetração.
- (E) Admite a produção de prova testemunhal, mas não pericial.

58

Assinale a alternativa que apresenta hipótese de suspensão dos direitos políticos.

- (A) Incapacidade civil absoluta.
- (B) Cancelamento da naturalização por sentença, ainda que não transitada em julgado.
- (C) Condenação em ação popular.
- (D) Qualquer condenação criminal.
- (E) Prisão do cidadão.

59

A Constituição de 1988 rompeu com a ordem jurídica anterior, instituindo novos compromissos com a sociedade brasileira. Sobre a “Constituição Cidadã”, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pluralismo político, apesar de desejável, não é princípio fundamental da Constituição democrática, uma vez que não há como exigir dos cidadãos que constituam diversos partidos políticos.
- (B) O modelo de separação de poderes adotado no país significa o monopólio da função judicante para o Poder Judiciário, assim como o da função legislativa para o Poder Legislativo.
- (C) A Constituição de 1988 fundou um Estado social em que se adota o valor social do trabalho como princípio fundante, não tendo a livre-iniciativa recebido igual tratamento.
- (D) A erradicação da pobreza é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (E) A forma federativa de Estado veda a redução das desigualdades regionais como um dos objetivos do país, uma vez que todos os Estados devem ser tratados com igualdade de direitos.

60

Considerando as hipóteses de competência previstas na Constituição, assinale a alternativa que faz a relação adequada entre o *ente político* e sua *competência*.

- (1) União.
 - (2) Estados.
 - (3) municípios.
- () explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os portos marítimos.
- () assegurar a defesa nacional.
- () instituir, mediante lei complementar, regiões metropolitanas.
- (A) 1 – 2 – 3
 - (B) 2 – 1 – 3
 - (C) 1 – 1 – 2
 - (D) 2 – 2 – 2
 - (E) 2 – 1 – 1

Direito Administrativo**61**

O ato administrativo pode muitas vezes ser acometido de vícios. Todavia é possível que esse ato não seja necessariamente anulado. Tendo em vista a anulação e a convalidação do ato administrativo assinale a alternativa correta.

- (A) a convalidação gera efeito retroativo ao contrário do que ocorre, em regra, com a anulação.
- (B) tanto a convalidação quanto a anulação produzem efeitos retroativos, em regra.
- (C) tanto a convalidação quanto a anulação, em regra, não produzem efeitos retroativos.
- (D) a anulação, em regra, produz efeito retroativo ao contrário da convalidação.
- (E) a convalidação poderá ser feita pela própria administração ao contrário da anulação que necessita de intervenção judicial.

62

A legislação brasileira impõe certos requisitos para a venda dos bens públicos.

Tendo em vista a disciplina da Lei n. 8.666/93 para a venda de bens imóveis, assinale a afirmativa correta.

- (A) a venda de imóveis se dará sempre por meio de concorrência.
- (B) venda de bens imóveis se dará sempre por meio de leilão.
- (C) a venda de bens imóveis poderá se efetivar por meio de diferentes modalidades de licitação, a depender do valor do imóvel.
- (D) a regra é que os imóveis sejam vendidos por meio de concorrência, mas é possível a venda por leilão em algumas hipóteses.
- (E) a tomada de preços poderá ser utilizada na venda de imóveis advindos de processos judiciais ou de dação em pagamento.

63

A intervenção do Estado na propriedade dar-se-á de modo a atender o interesse público. Essa intervenção também pode ocorrer para viabilizar a prestação de serviços públicos.

Nesse sentido, assinale a afirmativa correta.

- (A) Promover, sempre diretamente, a desapropriação dos bens necessários à execução dos serviços públicos.
- (B) Delegar poderes à concessionária para que esta declare o bem de utilidade pública e promova a desapropriação do mesmo e realize as suas expensas o pagamento da indenização.
- (C) Declarar de utilidade pública os bens necessários a execução dos serviços, podendo delegar a concessionária poderes para a promoção da desapropriação, sendo o pagamento da indenização incumbência do poder concedente.
- (D) Declarar de utilidade pública os bens necessários a execução dos serviços, podendo delegar a concessionária poderes para a promoção da desapropriação, sendo o pagamento da indenização nesse caso incumbência da concessionária.
- (E) A desapropriação de bens para a prestação do serviço, sempre que for necessária, deverá ser feita pelo poder concedente à custa da concessionária.

64

A concessão de serviço público é uma forma de delegação, na qual o Estado descentraliza a prestação de serviços públicos através de um contrato com um particular. A Lei n. 8987/95 prevê a possibilidade de intervenção do poder concedente na concessão.

Sobre a intervenção na concessão por parte do poder concedente, assinale a afirmativa correta.

- (A) O poder concedente poderá, de forma discricionária, intervir na concessão, não estando vinculado a qualquer fundamentação específica para o ato.
- (B) Cessada a intervenção a concessão deverá necessariamente ser extinta e será aberto novo procedimento licitatório.
- (C) A intervenção deverá ser implementada necessariamente através de lei.
- (D) Como o interventor atua na qualidade de agente estatal com poder de império não possui o dever de prestar contas.
- (E) A intervenção poderá ser feita para garantir a adequada prestação do serviço.

65

Os bens públicos possuem um regime jurídico diferenciado no qual uma série de restrições impõe-se sobre eles.

Com relação aos *bens públicos* assinale a afirmativa correta.

- (A) Os bens das empresas públicas, ainda que não atuem na prestação de serviços públicos, possuem natureza pública.
- (B) Uma empresa privada, que tenha um bem afetado à prestação de um serviço público, não poderá ter esse bem penhorado.
- (C) Os bens das agências reguladoras não se revestem das garantias inerentes aos bens públicos.
- (D) É possível a penhora de um bem pertencente ao Estado do Amazonas para pagamento de dívida alimentícia.
- (E) Os bens de uma sociedade de economia mista não poderão sofrer usucapião seja qual for a atividade desempenhada por essa pessoa jurídica.

66

A autoexecutoriedade garante ao Estado a possibilidade de executar ações sem intervenção judicial.

Dentre as modalidades de intervenção, assinale a alternativa que contém apenas intervenções autoexecutáveis.

- (A) Tombamento, servidão de caráter geral e limitação administrativa.
- (B) Desapropriação, limitação administrativa e requisição administrativa.
- (C) Ocupação temporária, servidão de caráter individual e requisição administrativa.
- (D) Desapropriação, tombamento e servidão de qualquer espécie.
- (E) Servidão de caráter individual, requisição administrativa e tombamento.

67

A imposição de limitação de construir acima de determinado número de andares, para garantir a visibilidade de bem tombado, é denominada

- (A) limitação administrativa.
- (B) desapropriação indireta.
- (C) servidão administrativa.
- (D) requisição administrativa.
- (E) tombamento indireto.

68

Dentre os meios de controle da administração pública encontra-se a *ação popular*.

Com relação a essa ação, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ação popular pode ser interposta por qualquer pessoa física ou jurídica para a proteção do patrimônio público e da moralidade administrativa.
- (B) A ação popular, caso o autor seja o perdedor, somente não será condenado ao pagamento de custas e honorários se comprovar ser carente de recursos.
- (C) O foro especial por prerrogativa de função não é aplicado aos réus na ação popular.
- (D) A ação popular tem sua legitimidade ativa restrita ao Ministério Público, Defensoria Pública, entes federativos, empresas públicas e associações constituídas há mais de um ano.
- (E) A ação popular não poderá ser interposta para a exclusiva proteção preventiva do meio ambiente pois o caráter indenizatório é essencial a mesma.

69

A atuação do Estado por meio de seus poderes se dá com base em sua soberania. Tendo por base o atual momento, em que o Estado tornou-se responsável por suas ações, de acordo com nosso ordenamento jurídico, assinale a afirmativa correta.

- (A) Havendo danos provocados por atos legislativos haverá sempre o dever de indenizar por parte do Estado com base no princípio da isonomia.
- (B) Os atos legislativos não geram direito à indenização por serem manifestação soberana dos representantes do povo.
- (C) Apenas no caso de leis inconstitucionais, assim declaradas pelo STF, pode-se reconhecer o direito à reparação por atos legislativos.
- (D) Apenas no caso de leis de efeitos concretos pode-se reconhecer o direito à reparação por danos advindos de atos legislativos.
- (E) Os danos advindos de atos legislativos apenas são indenizáveis quando se tratarem de leis de efeitos concretos ou de leis reconhecidas como inconstitucionais pelo STF.

70

A administração pública possui uma série de normas que disciplinam a relação jurídica existente entre órgãos e entre pessoas jurídicas.

A respeito dos *conceitos de controle e hierarquia*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Entre uma sociedade de economia mista federal e a União existe hierarquia
- (B) O controle da administração direta sobre a indireta é presumido e prescinde de lei.
- (C) Existe hierarquia presumida entre pessoas jurídicas vinculadas; essa hierarquia independe de lei.
- (D) Entre a União e uma autarquia federal existe hierarquia.
- (E) Dentro da mesma pessoa jurídica, nas relações de subordinação, existe hierarquia presumida.

71

A *administração pública interpretou uma determinada lei, reconhecendo que determinado grupo de pessoas não deve ser tributado. Posteriormente alterou essa interpretação e quer cobrar o tributo dessas pessoas de forma retroativa. Tal atitude é vedada pelo nosso ordenamento jurídico.*

Assinale a alternativa que indica o princípio que possui ligação direta e imediata com essa vedação.

- (A) Indisponibilidade do interesse público.
- (B) Segurança jurídica.
- (C) Impessoalidade.
- (D) Supremacia do interesse público.
- (E) Autotutela.

72

A administração pública viabiliza o uso privativo dos bens públicos por meio de certos títulos jurídicos.

Em relação a esses títulos, é correto afirmar que

- (A) um deles é a concessão de uso que, segundo a doutrina, tem natureza de contrato.
- (B) um deles é a autorização de uso que, segundo a doutrina, tem natureza de contrato.
- (C) a concessão, a permissão e a autorização de uso, são títulos dessa espécie, todos com natureza de contrato.
- (D) a concessão, a permissão e a autorização de uso, são títulos dessa espécie, todos com natureza de ato administrativo.
- (E) um deles é a permissão de uso que sempre terá natureza de contrato.

73

A Constituição de 1988 trouxe, em seu texto, várias modalidades de desapropriação. Dentre essas modalidades, nem todas são indenizáveis previamente em espécie.

Assinale a alternativa que indica apenas hipóteses de indenização prévia em dinheiro.

- (A) Necessidade pública e utilidade pública.
- (B) Necessidade pública e descumprimento das exigências do plano diretor.
- (C) Utilidade pública e desapropriação da propriedade improdutiva para fins de reforma agrária.
- (D) Desapropriação para fins de reforma agrária da propriedade improdutiva e desapropriação para atender o plano diretor.
- (E) Utilidade pública e exigências do plano diretor.

74

O Estado do Amazonas possui um terreno que se encontrava sem nenhuma destinação, apenas cercado por um muro. No citado bem foi construída uma praça para lazer da comunidade.

Assinale a alternativa que contém a classificação desse bem, antes e depois da construção da praça, respectivamente.

- (A) dominical / de uso comum.
- (B) de uso especial / de uso comum.
- (C) de uso comum / de uso especial.
- (D) de uso comum / de uso especial.
- (E) dominical / de uso especial.

75

No Brasil, pode-se afirmar que as ações dos agentes públicos geram o dever de indenizar. O Art. 37, parágrafo 6º da CF fez uma opção por determinada teoria.

Assinale a alternativa que indica a teoria adotada pelo dispositivo constitucional supramencionado.

- (A) Teoria do Risco Integral.
- (B) Teoria do Risco Proveito.
- (C) Teoria do Risco Administrativo.
- (D) Teoria da Culpa Anônima.
- (E) Teoria da Culpa Civil.

76

Sobre o conceito de ato administrativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ato administrativo é uma manifestação bilateral de vontade.
- (B) O ato administrativo produz um efeito jurídico intencionado pela administração pública.
- (C) O ato administrativo produz efeitos, ainda que não haja intenção da administração na produção desses efeitos, como por exemplo a morte de um servidor.
- (D) O ato administrativo é regido pelo regime jurídico de direito privado.
- (E) O ato administrativo e o fato administrativo são sinônimos.

77

Os atos de improbidade administrativa possuem uma disciplina específica no nosso ordenamento jurídico.

Com relação ao regramento da improbidade administrativa pelo nosso ordenamento jurídico, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ato de improbidade sujeita o autor à indisponibilidade dos bens, ao ressarcimento ao erário e à perda da função pública e dos direitos políticos.
- (B) O ato de improbidade sujeita o autor à indisponibilidade dos bens, ao ressarcimento ao erário e à perda dos direitos políticos.
- (C) O ato de improbidade sujeita o autor à indisponibilidade dos bens, ao ressarcimento ao erário, à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos.
- (D) O ato de improbidade sujeita o autor à indisponibilidade dos bens, ao ressarcimento ao erário, à perda direitos políticos e à suspensão da função pública.
- (E) O ato de improbidade sujeita o autor apenas à indisponibilidade dos bens, ao ressarcimento ao erário e à suspensão da função pública.

78

A licitação é um procedimento de natureza obrigatória para que a administração pública possa contratar. Não obstante essa obrigatoriedade é possível que a lei contenha previsão de casos onde essa obrigatoriedade é flexibilizada.

Assinale a alternativa que dispõe de forma correta sobre a temática em questão.

- (A) É possível contratar a compra de determinada marca sem licitação devido à inexigibilidade no caso.
- (B) A contratação de artistas não está sujeita a licitação por ser essa dispensada no caso.
- (C) Na contratação de serviços técnicos altamente especializados de natureza singular a licitação poderá ser dispensada.
- (D) No caso de calamidade pública é possível a contratação através de dispensa de licitação.
- (E) É possível contratar serviços de publicidade sem licitação por ser essa inexigível no caso.

79

A administração pública possui dentro de sua estrutura várias pessoas jurídicas que se sujeitam a diferentes regimes jurídicos.

Assinale a alternativa que contém uma pessoa jurídica de direito privado integrante da administração pública.

- (A) Corporações públicas.
- (B) Empresas públicas.
- (C) Agências reguladoras.
- (D) Autarquia fundacional.
- (E) Autarquias de regime especial.

80

Leia os casos a seguir.

- I. O Estado extinguiu um órgão e aglutinou, junto a um secretário de estado, as atribuições anteriormente exercidas por esse órgão.
- II. O Estado criou uma autarquia para desempenhar as funções anteriormente exercidas por uma secretaria estadual.

Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, os instrumentos que o Estado utilizou nos casos acima.

- (A) No primeiro caso ocorreu concentração e no segundo caso descentralização.
- (B) No primeiro caso ocorreu centralização e no segundo descentralização.
- (C) No primeiro caso ocorreu concentração e no segundo caso desconcentração.
- (D) No primeiro caso ocorreu centralização e no segundo desconcentração.
- (E) Em ambos os casos ocorreu delegação.

Realização

